

Acerca dos governos panistas no México após a Alternância: as Políticas Externas de Vicente Fox (2000~2006) e Felipe Calderón (2006~2012)

*Amanda Eloisa Terra**

RESUMO: Desde a década de 1930, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) esteve incumbido da condução do Estado e da política externa mexicana. Com a ascensão de Vicente Fox, em 2000, e de Felipe Calderón, em 2006, à presidência do México, ambos do Partido de Ação Nacional (PAN), consolidou-se o processo de alternância e reformulação da política externa. O presente artigo analisa a política externa de Fox e Calderón no que se refere aos Direitos Humanos; à intensificação das relações com a América Latina e Europa; à aproximação aos Estados Unidos e à participação mais ativa nos foros multilaterais. Busca-se analisar a dinâmica empreendida pelas gestões de Fox e Calderón, e, fundamentalmente, apreender se o governo de Calderón representou uma continuidade da política externa delineada por Fox.

PALAVRAS-CHAVE: México. Vicente Fox. Felipe Calderón. Política Externa.

* Acadêmica do oitavo semestre de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

E-mail: amandaeloisaterra@gmail.com

1 Introdução

Desde a sua formação, no século XIX, os Estados Unidos do México, ou simplesmente, México, caracterizaram-se um por uma agenda externa baseada em doutrinas que, em suma, defendiam o respeito absoluto à soberania. Caracterizam sua história, ainda, os largos períodos de autoritarismo e as tentativas de democratização, as crises econômicas e, majoritariamente, na década de 1990, a adesão ao modelo econômico neoliberal. Em se tratando da agenda externa, desde o final da década de 1990, assistiu-se à paulatina mudança quanto à percepção do princípio de não intervenção, majoritariamente afetado pelo processo de globalização e abertura econômica.

Essas alterações se tornam relevantes quando analisadas dentro do escopo de princípios que nortearam a política externa mexicana como resultado da própria evolução do Estado no Sistema Internacional, dos acontecimentos aos quais foi submetido – como as constantes intervenções sofridas no século XIX – e da percepção dos governantes. Concretizados em doutrinas, esses princípios pautaram a ação internacional do período pós-revolucionário (1920-1940) até o início do século XXI, sendo então parcialmente abandonados. Nesse sentido, cabe destacar a Doutrina Carranza, estabelecida em 1918, assinalando a igualdade entre os Estados e a oposição à intervenção nos assuntos internos, sustentando o princípio de não intervenção. A Doutrina Estrada, por sua vez, formulada em 1930, aduz que, em caso de mudança de um governo alhures, seja pela ruptura da ordem institucional ou por golpe de Estado, a ação mexicana se limitaria a manter ou romper relações diplomáticas (LEVY, 2009).

Contudo, a globalização e a propaganda pró-liberalismo, que se processou de forma pujante a partir da década de 1990, acarretaram na necessidade de alteração quanto à forma de atuação dos Estados no Sistema Internacional. Dessa forma, sob o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), o Estado mexicano desenvolveu uma política externa com forte orientação econômica, tendo como maior expressão a consolidação, em 1994, do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

É de suma importância ressaltar que, principalmente em decorrência desse modelo, a relação estabelecida com os Estados Unidos foi conduzida a um nível extremo de interdependência, tornando a relação bilateral pauta recorrente da política externa mexicana. Com relação à América Latina, a integração com a região tem sido valorizada à nível de discurso e em iniciativas nesse sentido desde a década de 1960. Exemplo disso foi a atuação mexicana como membro fundador da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960.

Em relação à condução do Estado mexicano e de sua política externa, desde a década de 1930, assistiu-se à predominância do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Com a ascensão de Vicente Fox Quesada, em 2000, e de Felipe Calderón, em 2006, à presidência do México, ambos do Partido de Ação Nacional (PAN), consolidou-se o processo de alternância e reformulação da política externa em busca de uma posição que fornecesse maior destaque no cenário internacional. Não obstante, tratou-se de implementar mudanças quanto ao tema dos Direitos Humanos, pauta em que o Estado mexicano apresentava um déficit histórico e resistência à supervisão externa.

A partir dos estudos que apresentam certo consenso quanto à interpretação de que a política externa apresentou giros substanciais com a chegada do PAN ao governo, o presente artigo analisa a política externa de Fox e Calderón no que se refere aos objetivos traçados quanto aos Direitos Humanos; à intensificação das relações com a América Latina e Europa; à aproximação aos Estados Unidos e à participação mais ativa nos foros multilaterais. Busca-se analisar a dinâmica seguida pela gestão de Fox – em meio a um contexto de expectativa de mudanças após 70 de governo do PRI – e aquela empreendida por Calderón, como segundo governo panista. Preocupa-se em entender, fundamentalmente, se o governo de Calderón representou uma continuidade da política externa delineada por Fox.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com base em fontes primárias, majoritariamente pela análise de discursos, e fontes secundárias, principalmente de artigos acadêmicos. O artigo está dividido em duas seções: na primeira parte realiza-se uma análise da gestão de Fox, incluindo objetivos e resultados, e, posteriormente, do governo de Calderón.

2 Período de alternância: a política externa de Vicente Fox

Com a chega de Vicente Fox Quesada, do Partido Ação Nacional (PAN), à presidência no México em 2000¹, instaura-se o período de alternância política, consolidando o México *del cambio*. Fox apresentou-se como primeiro presidente não priísta desde 1929, e, diante disso, caracterizou esse período o forte tom otimista no que se refere às mudanças almejadas no sistema político e à situação econômica e social. Nas palavras do próprio presidente:

[...] tanto o México que hoje impulsiona suas iniciativas nos fóruns multilaterais, quanto aquele que empreende um longo e fértil caminho de integração regional, é o México da alternância que desejava e deseja cada vez mais a maioria das mexicanas e mexicanos. E é esse o México da mudança, que tem a ambição de fazer de sua política exterior uma das chaves para o futuro bem sucedido do nosso país, assim como para a cooperação e a estabilidade em todo o nosso hemisfério (QUESADA, 2002, p. 228).

O “bônus democrático”² concedeu ao Estado mexicano uma renovada legitimidade no âmbito internacional, o que se supunha contribuir para uma atuação mais ativa em diversos foros (MUNÓZ, 2006). Nesse sentido, propunha-se, de forma pragmática, uma política externa, “[...] pró ativa e diversificada, uma maior participação em organismos internacionais, uma ampliação do comércio exterior, a defesa dos direitos dos mexicanos que vivem no estrangeiro e um papel mais dinâmico das embaixadas e consulados do México”³ (FLORES, 2008, p. 82, tradução nossa).

Além das incisivas críticas à política externa priísta sob o argumento de não aproveitamento por parte dos governos das oportunidades oferecidas pelo

¹ Ernesto Zedillo (1994-2000), do PRI, implementou uma série de reformas políticas no intuito de recuperar o prestígio do partido. Contudo, foram justamente as medidas visando à maior transparência no processo eleitoral que possibilitaram o fim da hegemonia do partido no poder em 2000. Cabe destacar fatores de ordem interna, como o aprofundamento do empobrecimento das classes mais baixas, e, de forma particular, do campesinato. As distorções no setor agrícola somadas às deficiências na infraestrutura e no financiamento dessas atividades puseram fim a sua rentabilidade. Assim, ao não se constituir mais na base de apoio do regime, esse setor influenciou fortemente na deterioração do PRI (BERNAL-MEZA, 2007).

² O bônus democrático se refere ao crédito automático recebido por Fox devido ao processo de transição para a democracia depois de 70 anos de autoritarismo (MUÑOZ, 2006).

³ [...] proactiva y diversificada, una mayor participación en organismos internacionales, una ampliación del comercio exterior, la defensa de los derechos de los mexicanos que viven en el extranjero y un papel más dinámico de las embajadas y consulados de México (FLORES, 2008, p. 82).

cenário internacional (FLORES, 2008), a política externa foi percebida como uma ferramenta de consolidação do processo de transição democrática. Contudo, é significativo ressaltar que, há poucos meses do início de sua gestão, a Fox coube conduzir a política externa em um cenário internacional em transformação. Com os atentados de 11 de setembro de 2001 e o início de uma nova forma de ameaça à segurança internacional, assistiu-se à securitização de diversos temas num esforço em prol da Guerra ao Terror. Em meio a essa nova conjuntura, não apenas os Estados Unidos adotavam uma renovada postura quanto a diversos temas, mas a comunidade internacional como um todo reconsiderava sua atuação em diversos âmbitos.

De qualquer forma, de acordo com o *Plan Nacional de Desarrollo 2001-2006* (PND), as linhas gerais da política externa se pautavam na intenção de projetar uma imagem renovada do México ante a comunidade internacional – o que se deu, em grande medida, por meio da promoção e defesa dos Direitos Humanos e da democracia –; priorizar uma relação estratégica com os Estados Unidos e fortalecer a presença mexicana nos diversos foros multilaterais. De forma adicional, considera-se pertinente incluir a questão das relações com a América Latina e Europa ao escopo de análise, visto que esses temas permearam a agenda externa com base no status de prioridade.

2.1 Direitos Humanos

A pauta dos Direitos Humanos não se constituiu exatamente em uma novidade na agenda externa mexicana a partir de 2000. De fato, Gortari e Zedillo implementaram políticas domésticas nesse sentido devido às constantes pressões internacionais. Contudo, Fox atuaria no sentido de concretizar essas mudanças, por meio da adoção de uma política ativa de promoção dos direitos humanos como um objetivo central da agenda externa (BERNARDI, 2010).

Fox e seu primeiro chanceler, Jorge Castañeda, adotaram uma contundente política de promoção e defesa dos Direitos Humanos. Esse ímpeto baseava-se, segundo o entendimento de Cruz (2005), na intenção de traduzir externamente a necessidade de legitimidade que se constatou no âmbito interno por meio das eleições. Além disso, essa postura descansava na prerrogativa de projetar externamente uma imagem renovada do Estado mexicano. Como afirmou o presidente, o

interesse nacional oriundo da transição política, em conjunto com a legitimidade democrática que desfrutava o país, devia conduzir externamente à uma visão do México renovado (FOX, 2001).

A partir dessa renovada postura, Fox aceitou o estabelecimento em território mexicano de uma Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CHABAT, 2014). Além disso,

[...] o governo deixou de negar que o país teve problemas importantes de direitos humanos e negou-se a seguir se apoiando nos princípios de respeito à soberania e não intervenção para evitar o monitoramento e a crítica internacional. Pelo contrário, se comprometeu publicamente a assumir o déficit em direitos humanos (particularmente investigando as violações do passado) e aceitou abertamente o monitoramento, a crítica e o assessoramento de atores internacionais (intergovernamentais e não governamentais)⁴ (MUÑOZ, 2006, p. 32, tradução nossa).

Essa incisiva postura afetou as relações externas mexicanas, principalmente no âmbito da América Latina. A região tornou-se palco direto de atuação, em defesa não apenas dos Direitos Humanos, mas também da democracia (Plan Nacional de Desarrollo, 2001). Somou-se ao impulso de desempenhar um papel ativo na região a compreensão de que o PRI havia aplicado de forma inadequada ou, ainda, mal interpretado o princípio de não intervenção (CRUZ, 2005). Diante disso, o México deixou de entender o tema de Direitos Humanos como questão exclusivamente de âmbito interno e votou contra Cuba na Organização das Nações Unidas (ONU).

Outras medidas que reforçaram a postura do Estado mexicano referem-se à solicitação à ONU, por parte da administração de Fox, do envio de relatórios de Direitos Humanos, em sinal de comprometimento com o tema. Ainda, aderiu-se à Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA). Dessa forma, o sucesso em projetar, ante à comunidade internacional, uma nova imagem em relação àquela que prevalecera nos 70 anos anteriores evidenciou-se quando o México foi eleito para presidir o recém-criado Conselho dos Direitos Humanos da

⁴ [...] el gobierno dejó de negar que el país tuviera problemas importantes de derechos humanos y renunció a seguir escudándose en los principios de respeto a la soberanía y no intervención para evitar el monitoreo y la crítica internacional. Por lo contrario, se comprometió públicamente a asumir el déficit en derechos humanos (particularmente investigando las violaciones del pasado) y aceptó abiertamente el monitoreo, la crítica y la asesoría de actores internacionales (intergubernamentales y no gubernamentales) (MUÑOZ, 2006, p. 32).

ONU. Contudo, como critica Levy (2009), essa promoção e defesa dos Direitos Humanos esteve, por vezes, condicionada aos interesses estadunidenses. Como afirma o autor:

Embora esteja certo lutar pelos direitos humanos a nível internacional, isso já não se torna totalmente correto quando implica em servilismo ante a política dos Estados Unidos, caracterizada por impor suas próprias regras sobre a soberania das nações mais débeis, deixando de lado a aplicação do direito internacional⁵ (LEVY, 2009, p. 123, tradução nossa).

De forma adicional, cabe ressaltar que o reconhecimento externo provinha não apenas de outros Estados e organismos governamentais, mas também de organismos como o Human Rights Watch.

2.2 América Latina e Europa

A intensificação das relações com a América Latina e Europa, tanto políticas como comerciais – por meio da diversificação das exportações –, mais uma vez compôs a pauta da agenda externa mexicana. Apresentando-se como uma pretensão que se renovava a cada governo, esse objetivo se fortalecia devido à necessidade de contrabalançar a presença dos Estados Unidos (SANDOVAL, 2008), ampliando as margens da manobra do Estado mexicano.

Quanto à América Latina, especificamente, as tentativas de aproximação à região e reafirmação da intenção de maior integração remontam ao período anterior à Guerra Fria, onde, por meio dessa relação, buscou-se contrabalançar o peso dos Estados Unidos nas áreas econômica e política do país (CHABAT, 2014). Dessa forma, processaram-se aproximações com governos latino-americanos que mantinham uma posição distante em relação aos Estados Unidos, como o caso de Salvador Allende no Chile e Fidel Castro em Cuba. Contudo, com o decorrer da Guerra Fria e as implicações da própria localização geográfica, houve um paulatino afastamento em relação à América Latina.

⁵ Si bien es cierto que es correcto luchar por los derechos humanos a nivel internacional, no lo es tanto si ello conlleva un servilismo a la política de Estados Unidos caracterizada, por cierto, por imponer sus propias reglas sobre la soberanía de las naciones débiles haciendo a un lado la aplicación del derecho internacional (LEVY, 2009, p. 123).

Apesar da incipiente aproximação política que se iniciara na década de 1980, traduzida no interesse na criação do Grupo Contadora, Grupo do Rio e da Cúpula Iberoamericana, “a relação econômica prosperou pouco e as relações políticas estiveram fortemente influenciadas pela proximidade geográfica”⁶ (CHABAT, 2014, p. 29, tradução nossa).

Diante disso, no início dos anos 2000 retomou-se esse tema, uma vez que, tanto por razões históricas como geográficas, a América Latina sempre teve um lugar importante nas agendas de política externa de nosso país. No caso da administração foxista, a América Latina se constituiu, ao menos no plano discursivo, em uma prioridade de sua atenção externa, através da busca do fortalecimento dos esquemas de coordenação e diálogo político e a promoção de intercâmbios econômicos, comerciais e culturais com a região⁷ (MUÑOZ, 2003, p. 38, tradução nossa).

Contudo, a fragilidade da pretensão de diversificação das exportações emergiu rapidamente. Como aponta Sandoval (2008), a estratégia de diversificação permaneceu no plano discursivo, uma vez que na prática não se estabeleceram os meios para alcançá-la. Além disso, nessa época as exportações mexicanas para os Estados Unidos compunham cerca de 90% do total da pauta de exportações do México. Na falta de uma estratégia consistente em prol de reverter essa dependência, as trocas comerciais com a América Latina permaneceram com percentuais simbólicos. Dessa forma, apesar da intenção de fortalecer o diálogo, da coordenação política e do intercâmbio cultural e comercial, assistiu-se efetivamente apenas à continuidade da liberalização comercial (BERNAL-MEZA, 2007), em compasso com a integração econômica concretizada com os Estados Unidos e Canadá – o NAFTA (MUÑOZ, 2003).

Apesar dos acordos de livre comércio firmados desde a década de 1990 com o Chile, Colômbia, Venezuela, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Guatemala e Bolívia, “[...] a tentativa de fortalecer os vínculos comerciais com os países

⁶ La relación económica prosperó poco y las relaciones políticas estuvieron fuertemente influenciadas por la proximidad geográfica (CHABAT, 2014, p. 29).

⁷ Tanto por razones históricas como geográficas, América Latina siempre ha tenido un lugar importante en las agendas de la política exterior de nuestro país. En el caso de la administración foxista, Latinoamérica se constituyó, al menos en el plano discursivo, en una prioridad de su actuación externa, a través de la búsqueda del fortalecimiento de los esquemas de concertación y diálogo político y el impulso de los intercambios económicos, comerciales y culturales con la región (MUÑOZ, 2003, p. 38).

latino-americanos se confrontou com a realidade de um intercâmbio marginal, de menos de 5%”⁸ (BERNAL-MEZA, 2007, p. 46, tradução nossa). Cabe ressaltar a dificuldade conjuntural que se somou ao contexto de ação do Estado mexicano. Nesse período verificaram-se crises internas em países como a Argentina, além do início da recuperação econômica no Brasil. Diante desse cenário adverso, o Estado mexicano foi percebido como um competidor em matéria econômica (SANDOVAL, 2008).

À parte dos aspectos econômicos, observou-se a um paulatino afastamento político, principalmente no que tange à América do Sul. Entre as principais causas estão o alinhamento do México às políticas de segurança dos Estados Unidos, os enfrentamentos diplomáticos com os países da Bacia do Caribe, a luta entre as forças políticas dentro do próprio governo mexicano e as diferenças ideológicas entre o governo de Fox e os respectivos governantes de alguns países da região, como Cuba e Venezuela.

Quanto à Cuba, o desentendimento incluiu diversas críticas de Castro ao alinhamento mexicano aos Estados Unidos, além da expulsão do embaixador de Cuba do México, o que seria revertido meses mais tarde. Contudo, a tensão entre a ilha caribenha e o Estado mexicano alcançaria sua máxima quando da Cúpula de Monterrey, em abril de 2002. A fim de evitar um encontro incômodo entre Bush e Castro, o presidente mexicano proferiu a frase: “Me acompanha para o almoço e depois disso você volta [ao teu país]”⁹ (LEVY, 2009, p. 123, tradução nossa). A conversa, logo tornada pública por Castro, tornou-se o símbolo do rompimento entre os Estados. No que diz respeito à Venezuela, as fricções também se originaram das críticas de Chávez quanto à submissão mexicana aos Estados Unidos, ocasionando a retirada dos respectivos embaixadores em cada país (FLORES, 2008).

Em relação à Europa, o Acordo de Livre Comércio (TLCUEM)¹⁰ pautou a relação entre os Estados. Embora o acordo tenha gerado um aumento nas exportações mexicanas, é importante ressaltar que o déficit comercial aumentou

⁸ [...] el intento por fortalecer los vínculos comerciales con los países latinoamericanos se confrontó a la realidad de un intercambio muy marginal, de menos del 5% (BERNAL-MEZA 2007, p. 46).

⁹ Me acompañas a la comida y de ahí te regresas [a tu país] (LEVY, 2009, p. 123).

¹⁰ O *Acuerdo de Libre Asociación Económica, Concertación Política y Cooperación* firmado entre a União Europeia e o México entrou em vigor em 1º de julho de 2000, fruto das negociações iniciadas pelo presidente Ernesto Zedillo em sua gestão (1994-2000).

consideravelmente, o que tornou o acordo mais vantajoso para os europeus. Além disso, o acordo não se mostrou efetivo quanto à pretensão de diversificação comercial, dado que correspondeu a apenas 4% do total de exportações, enquanto a América do Norte foi destino de cerca de 90%. De qualquer forma, o período registrou um fortalecimento do diálogo político, uma vez o TLCUEM representou a institucionalização das relações bilaterais (FLORES, 2008).

Ainda, com os atentados de 11 de setembro e uma latente agenda de cooperação com os Estados Unidos na guerra ao terror, a Europa, de forma geral, pouco pode concentrar-se em um possível incremento das relações com o México. Em suma, ambas as estratégias – diversificação com a América Latina e Europa – contaram um plano de ação pouco definido e, pode-se arriscar, pouco pragmático, uma vez que apesar de um discurso com vistas à aproximação, como no caso da América Latina, as ações em matéria diplomática se encaminhavam em vias de desentendimento e ataques gratuitos.

2.3 Estados Unidos

O governo de Fox aludiu à necessidade de incrementar as relações com os Estados Unidos e Canadá. Contudo, de forma prática, a agenda se pautou predominantemente pela relação com a o primeiro. Fox tratou de incluir na agenda bilateral temas como o narcotráfico, o aprofundamento do NAFTA e, especificamente, a questão migratória. Nesse sentido,

Os principais objetivos de Vicente Fox foram a negociação de um acordo migratório bilateral, a eliminação do processo de certificação e a possibilidade de criar fundos e permitir o livre movimento da mão de obra na América do Norte¹¹ (FLORES, 2008, p. 93, tradução nossa)

A expectativa de sucesso ao estabelecer essas pautas descansava no crédito em matéria de negociação recebido por Fox ao marcar o processo transitório. Além disso, a chegada do republicano George W. Bush à presidência dos Estados Unidos, em 2001, conduziu à percepção de uma suposta afinidade ideológica baseada na

¹¹ Los principales objetivos de Vicente Fox fueron la negociación de un acuerdo migratorio bilateral, la eliminación del proceso de certificación y la posibilidad de crear fondos y permitir el libre movimiento de mano de obra en América del Norte (FLORES, 2008, p. 93).

natureza conservadora de ambos os governos. Diante disso, Fox percebeu o momento como ideal¹² para a proposta de um acordo migratório integral. Em suma:

Se pensou que o México poderia ser uma prioridade na agenda de política externa estadunidense e que de forma concreta, se poderia conseguir um “acordo migratório integral”; a famosa “*enchilada completa*”, o objetivo principal da política externa mexicana desse governo¹³ (MUÑOZ, 2006, p. 33, tradução nossa).

Tratou-se de incluir pautas que não foram abordadas nas tratativas que deram origem ao NAFTA, uma vez que, nesse âmbito, priorizaram-se questões relacionadas ao livre comércio. Como entende Sandoval (2008), apesar de ambiciosa, a pretensão mexicana correspondeu ao contexto de uma relação de interdependência complexa que envolve o México, Estados Unidos e Canadá. Em suma, o projeto da *enchilada completa* correspondia a um TLCAN PLUS, o qual, baseado na integração que originou a União Europeia, pleiteava:

1) A melhora no tratamento dos imigrantes mexicanos, ampliando o acesso aos vistos e a regularização de sua situação migratória; 2) ajudar a reduzir a migração irregular por meio da cooperação bilateral no combate às organizações criminais dedicadas ao tráfico de pessoas, assim como salvar vidas ao prevenir e evitar travessias fronteiriças perigosas; 3) construir conjuntamente uma região fronteira viável; e 4) direcionar as políticas de desenvolvimento para as comunidades emissoras e fortalecer a economia mexicana, com o fito de reduzir a pressão migratória¹⁴ (GRUPO MÉXICO-ESTADOS UNIDOS SOBRE MIGRAÇÃO, 2001 apud SANDOVAL, 2008, p. 70, tradução nossa).

¹² A literatura traz a noção de momento oportuno devido ao fato de que, diferentemente de outros presidentes, George W. Bush ascendeu à presidência convicto de que a relação com o México deveria ser uma prioridade, em parte interessado no voto latino – especialmente de origem mexicana – que exerceria influência no seu futuro político. Soma-se a isso as visitas recíprocas entre Bush e Fox logo da ascensão à presidência do último (SANDOVAL, 2008).

¹³ Se pensó que México podría ser una prioridad en la agenda de política exterior estadounidense y que, en concreto, podría conseguirse [...] la famosa ‘enchilada completa’, el objetivo número uno de la política exterior mexicana del sexenio (MUÑOZ, 2006, p. 33).

¹⁴ 1) La mejora del trato hacia los migrantes mexicanos, ampliando el acceso a las visas y a la regularización de su situación migratoria; 2) ayudar a reducir la migración indocumentada por medio de la cooperación bilateral en el combate a las organizaciones criminales dedicadas al tráfico de personas, así como salvar vidas al prevenir y evitar cruces fronterizos peligrosos; 3) construir conjuntamente una región fronteriza viable; y 4) enfocar las políticas de desarrollo hacia las comunidades emisoras y fortalecer la economía mexicana, con el fin de reducir la presión migratoria (GRUPO MÉXICO-ESTADOS UNIDOS SOBRE MIGRAÇÃO, 2001 apud SANDOVAL, 2008, p. 70).

Contudo, prevaleceu a discrepância entre as concepções à luz das quais o tema foi abordado, uma vez que o “México necessita da válvula de escape da fronteira norte para sua população demandante de emprego, enquanto os Estados Unidos defendem o controle de sua fronteira sul para regular e reduzir os fluxos migratórios”¹⁵ (MANAUT, 2006, p. 148, tradução nossa). Dessa forma, a proposta que incumbia os Estados Unidos de desenvolverem políticas que diminuíssem as disparidades não obteve respaldo de Washington.

De forma definitiva, ainda, os atentados de 11 de setembro terminaram por enredar as pretensões mexicanas. Como infere Cruz a respeito das relações bilaterais (2005, p. 97, tradução nossa), “[...] essas [relações bilaterais] não apenas esfriaram, mas Washington se tornou obcecado em promover sua estreita agenda de segurança, praticamente ignorando por alguns anos o assunto migratório e o desenvolvimento do seu vizinho ao Sul”¹⁶. Ou seja, de uma agenda de segurança centrada no combate ao narcotráfico, transitou-se para uma com enfoque na guerra ao terrorismo. A posição mexicana quanto ao tema também repercutiu de forma contundente na relação bilateral, uma vez que:

[...] a incapacidade da elite política fez com que as negociações com o supervizinho não levassem em conta as duas coisas que o governo de George W. Bush deseja[va] escutar: que o México assume como próprias as necessidades estadunidenses em matéria de segurança e defesa e que se compromete a implementar uma estratégia de reativação econômica que possa reter a força de trabalho. [...] Como consequência disso, não apenas o 11 de setembro impactou a relação bilateral: as dificuldades se explicam também pela incapacidade do governo mexicano e o recrudescimento e o crescente conservadorismo de George W. Bush¹⁷ (MANAUT, 2006, p. 148, tradução nossa).

¹⁵ México necesita la ‘válvula de escape’ de la frontera norte para una población demandante de empleo, mientras que EEUU defiende el control de su frontera sur para regular y reducir los flujos migratorios (MANAUT, 2006, p. 148).

¹⁶ [...] no sólo ésta [relaciones bilaterales] se enfrió, sino que Washington se obsesionó en promover su estrecha agenda de seguridad, prácticamente desentendiéndose por unos años del asunto migratorio y del desarrollo de su vecino del Sur (CRUZ, 2005, p. 97).

¹⁷ [...] la incapacidad de la elite política hizo que las negociaciones con el supervecino no tomaran en cuenta las dos cosas que el gobierno de George W. Bush desea escuchar: que México asume como propias las necesidades estadounidenses en materia de seguridad y defensa y que se compromete a implementar una estrategia de reactivación económica que logre retener a la fuerza de trabajo. [...] Como consecuencia de ello, no solo el 11 de septiembre ha impactado en la relación bilateral: las dificultades se explican también por la impericia del gobierno mexicano y el endurecimiento y el creciente conservadurismo de George W. Bush (MANAUT, 2006, p. 148).

Como apontado por diversos analistas, a paralisia mexicana se justificou devido à divisão dentro do próprio governo e entre a opinião pública. Enquanto em alguns setores prevaleceu a complacência e o desejo de apoio aos Estados Unidos, outros setores se opuseram com base no entendimento de que os Estados Unidos, por meio de suas políticas imperialistas, provocaram os atentados. De forma geral prevaleceu percepção de que “o apoio aos Estados Unidos gera o risco de que o terrorismo converta o México em objetivo a ser atacado”¹⁸ (MANAUT, 2006, p. 147, tradução nossa). Não menos relevante foi o fortalecimento da posição dos conservadores nos Estados Unidos quanto à questão migratória. A migração foi percebida, mais do que em qualquer outro momento, como um problema de segurança nacional (MANAUT, 2006).

Nesse sentido, o ressentimento por parte dos Estados Unidos diante da falta de apoio mexicano na Guerra do Terror fora latente, embora, mais tarde, o governo mexicano trataria de refazer as relações apoiando as políticas de segurança traçadas por Washington (FLORES, 2008). Diante disso, seis meses após os atentados, México e Estados Unidos firmaram o Plano de Ação para a Cooperação sobre a Segurança Fronteiriça, acordo que visava criar uma fronteira inteligente, modernizando a infraestrutura de modo a facilitar o fluxo de pessoas e mercadoria entre ambos os Estados – mas que pouco se referiu às propostas originais mexicanas. Em consonância, criou-se a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (ASPAN), em março de 2005, na qual os três países (Estados Unidos, Canadá e México) comprometeram-se em fechar suas fronteiras para o terrorismo, o crime organizado, as drogas, o tráfico de pessoas e o contrabando e compartilhar informações dos seus respectivos sistemas de inteligência. Contudo, critica-se que a ASPAN tornou mais pujante a dependência mexicana em matéria econômica e dos aparatos de segurança acorde às dinâmicas ditadas pela potência¹⁹ (LEVY, 2009).

¹⁸ El apoyo a EEUU genera el riesgo de que el terrorismo convierta a México en un objetivo a ser atacado (MANAUT, 2006, p. 147).

¹⁹ Ainda, segundo o autor, dado o acordo firmado nos termos da ASPAN, os inimigos dos Estados Unidos são considerados inimigos do Estado mexicano, e nesse sentido, verifica-se o comprometimento do último de reagir de forma coordenada em caso de ataques ou ameaças à região.

Como se percebe, o tema do controle fronteiriço pautou de forma predominante a relação bilateral desde os atentados (CRUZ, 2005). Cabe ressaltar, ainda, os avanços quanto ao tema do narcotráfico. Além de apresentar-se mais disposta aos enfoques multilaterais como forma de abordagem no combate, Washington suspendeu o processo de certificação de drogas. Entretanto, apesar da aparente conciliação, a luta entre diferentes grupos narcotraficantes, que se apresentou de forma mais incisiva no final da gestão de Fox, tornou-se motivo de crítica estadunidense quanto à ineficácia de Fox na luta contra o narcotráfico

Quanto à questão migratória, os Estados Unidos adotaram medidas notadamente restritivas quanto à fronteira ao Sul, violando, muitas vezes, os Direitos Humanos dos imigrantes²⁰. O fato mais significativo, contudo, foi a aprovação, em maio de 2005, da construção do muro ao longo da fronteira. Ainda,

Em setembro [de 2006], o Congresso estadunidense aprovou finalmente uma lei que autorizava a ampliação da construção do muro fronteiriço. No mesmo ano, o governo dos Estados Unidos autorizou o traslado de seis mil membros da Guarda Nacional para apoiar o trabalho da patrulha fronteiriça. Ou seja, Washington decidiu militarizar a fronteira para garantir a sua proteção²¹ (FLORES, 2008, p. 95, tradução nossa).

Mesmo que se possa inferir que o acordo migratório integral não passou de um desejo unilateral do Estado mexicano (MUÑOZ, 2006), desprovido de sinais de reciprocidade, os atentados de 11 de setembro exerceram influência, sem margem para dúvida, no recrudescimento da posição estadunidense quanto ao controle fronteiriço e à negativa de uma maior permeabilidade de pessoas entre os Estados.

2.4 Organismos Multilaterais

Outra pauta que compôs a agenda externa de Fox foi a de aumentar a participação mexicana em foros multilaterais. Esse objetivo repousava na intenção de ocupar, na esfera internacional, um lugar que correspondesse ao de um país com

²⁰ Exemplo disso foi a resolução aprovada no estado do Arizona, que impunha fim ao auxílio para a educação e saúde para as pessoas que não possuíam documentos.

²¹ En septiembre [de 2006], el Congreso estadounidense aprobó finalmente una ley que autorizaba la ampliación de la construcción del muro fronterizo. En el mismo año, el gobierno de Estados Unidos autorizó el traslado de seis mil miembros de la Guardia Nacional para apoyar el trabajo de la patrulla fronteriza. Es decir, Washington decidió militarizar la frontera para garantizar su protección (FLORES, 2008, p. 95).

tal tamanho e capacidade econômica (MUÑOZ, 2006). Em compasso com a nova ordem que se processava com o fim da Guerra Fria e convicto de que a transição política – com o respaldo da nova imagem democrática ante o cenário internacional – concedia ao Estado mexicano o direito a um papel reconhecido no cenário internacional, Fox buscou tornar o México parte do Conselho de Segurança da ONU, como membro não permanente. Após uma intensa campanha, em janeiro de 2002, com 138 votos favoráveis, o Estado mexicano ingressou ao Conselho. Tal fato representou um êxito dentro da diplomacia mexicana (FLORES, 2008).

Contudo, afirma-se que a partir dos atentados de 11 de setembro, passou-se a exigir do Estado mexicano determinada capacidade de decisão e postura, mesmo como membro não permanente, sobre as quais o México não se encontrava pronto para demandar. Em grande medida, essa inaptidão se justificava pela tradição de não ingerência e pela forte influência geopolítica dos Estados Unidos em relação ao México.

Tal incapacidade se evidenciou entre o final de 2002 e início de 2003, quando da decisão no âmbito da ONU sobre a invasão do Iraque. À diplomacia mexicana coube decidir entre apoiar a proposta estadunidense de invadir o Iraque ou manter a posição tradicional de solução pacífica e não intervenção. Nessa ocasião, mais uma vez, assistiu-se à divisão da opinião pública entre as duas posições. Soma-se a esse dilema o fato de que “os Estados Unidos inclusive ameaçaram o México com represálias caso não o apoiasse na guerra contra o Iraque”²² (FLORES, 2008, p. 89, tradução nossa).

De forma mais crítica, infere-se a respeito desse episódio que:

Esse momento é revelador quanto à desorientação da política externa mexicana: buscava-se que fosse mais pragmática, mais ativa e mais próxima [aos Estados Unidos]; mas apoiar a invasão de outro país era totalmente contrário aos princípios de soberania e autodeterminação²³ (FLORES; PÉREZ, 2010, p. 99, tradução nossa).

²² Incluso Estados Unidos amenazó a México con represalias si no lo apoyaba en la guerra contra Iraq (FLORES, 2008, p. 89).

²³ Dicho momento es revelador de la desorientación de la política exterior mexicana: se buscaba que fuera más pragmática, más activa y más cercana [con Estados Unidos]; pero apoyar la invasión a otro país era totalmente contrario a los principios de soberanía y autodeterminación (FLORES; PÉREZ, 2006, p. 99).

Apesar da tardia negativa de Fox, em grande medida influenciada pela oposição ao apoio por parte da população mexicana, a postura mexicana não foi relevante em última instância. Antes que o governo de Fox tomasse uma decisão, os Estados Unidos assumiram o tema de forma unilateral e, juntamente com Grã-Bretanha e Espanha, atacaram o Iraque em março de 2003.

Após os atentados de 11 de setembro, tornou-se evidente que temas que ameaçassem a paz e a segurança impactavam na posição e na relação entre o México e seu principal parceiro comercial, revelando, inevitavelmente, as limitações das pretensões mexicanas. Como aponta Sandoval (2008, p. 75, tradução nossa), se avultava o fato de que “ainda em uma análise mais otimista, o México é apenas uma potência regional; jamais será uma potência global e, portanto, não tem interesses globais como os que se discutem no Conselho de Segurança”²⁴.

De qualquer forma, outras questões permearam a atuação de Fox na ONU. A gestão foxista buscou implementar uma política que impulsionava reformas com base no binômio segurança-desenvolvimento. Outra pauta levantada nesse sentido foi a de tornar os principais órgãos mais democráticos, principalmente o Conselho de Segurança. Nessa linha de atuação, o México se tornou um dos fundadores do Conselho de Direitos Humanos, criado em 2005.

Nesse sentido, a ampliação da atuação mexicana tornou-se evidente quando o país foi sede de eventos como a Cúpula das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em 2002; a Cúpula do Mecanismo de Cooperação Ásia-Pacífico (APEC), em 2002; a V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2003; etc. Essa atuação se respaldava na compreensão de que, para se alcançar o equilíbrio na agenda externa, o Estado mexicano devia dedicar-se ao desenvolvimento de um papel ativo no cenário multilateral (MUÑOZ, 2003). Em suma, buscava-se tanto equilibrar a onipresença estadunidense em relação à política e agenda externa mexicana como desenvolver um papel ativo em atividades e foros entendidos como coincidentes com a nova posição que se procurava assumir no cenário internacional.

²⁴ México, aun en el análisis más optimista, es apenas una potencia regional; jamás será una potencia global y, por tanto, no tiene intereses globales como los que se discuten en el Consejo de Seguridad (SANDOVAL, 2008, p. 75).

Cabe ressaltar, por fim, a importância da mudança do ministro de Relações Exteriores, no início de 2003. Com a renúncia de Jorge Castañeda e sua substituição por Luis Ernesto Derbez, a política externa recebeu um novo enfoque, priorizando-se realizar Tratados de Livre Comércio e tornar o México sede de diversas cúpulas internacionais. Exemplo disso foi a Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento em Monterrey, em março de 2002; a Cúpula do Mecanismo de Cooperação Ásia Pacífico em Cabos, em outubro de 2002; a V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Cancun, em setembro de 2003; a Cúpula Extraordinária das Américas em Monterrey, em janeiro de 2004; e a III Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia em Guadalajara, em maio de 2004.

3 A política externa de Felipe Calderón: mudança ou continuidade?

Felipe Calderón Hinojosa, também do PAN, ascendeu à presidência do México no dia primeiro de dezembro de 2006. Logo de sua assunção, o então presidente empreendeu um discurso crítico em relação à política externa desenvolvida pelo primeiro governo panista, dando sinais de que se concretizaria mudanças em matéria de agenda externa. Contudo, como se infere, “a correlação de forças políticas internas não permitia mudanças radicais e o novo governo decidiu implementar uma política externa que evitasse confrontações internas e externas”²⁵ (CHABAT, 2014, p. 28, tradução nossa). Tal dificuldade se evidenciava, por exemplo, no fato de Calderón não possuir a maioria absoluta no Congresso.

Externamente, duas pautas permeavam e condicionavam a ação dos Estados no Sistema Internacional. Primeiramente, como potência econômica e militar, os Estados Unidos perpetuavam sua política externa centrada na Guerra ao Terror. O segundo traço marcante desse período foi, sem dúvida, a crescente globalização e interdependência econômica mundial que, em 2008, acarretaria em uma séria crise econômica (FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013), afetando não apenas as

²⁵ La correlación de fuerzas políticas internas no permitía hacer cambios más radicales y el nuevo gobierno decidió llevar una política exterior que evitara la confrontación interna y externa (CHABAT, 2014, p. 28).

margens de manobra mexicanas, mas, em maior ou menor medida, todos os atores internacionais.

A complexidade do processo de análise de política externa torna-se ainda mais pujante quando se trata daquela impulsionada por Calderón, uma vez que esse período não contou com um projeto definido, como no caso do governo anterior (VELASCO, 2013; CHABAT, 2014). De forma mais enfática, a política externa não foi entendida como uma política pública prioritária, exceto quando questões internas – entendidas sob o eixo de grande importância – estiveram envolvidas (FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013). Dessa forma, os objetivos que permearam os seis anos de governo foram definidos por meio de linhas gerais da agenda externa que, como afirma Chabat (2014), coincidiram em grande medida com aquelas estabelecidas por Fox²⁶.

Os arcabouços gerais por meio dos quais foram interpretados os objetivos de política externa são apontados por Velasco (2013). Foram parte deles o *Plan Nacional de Desarrollo 2007-2012* (PND), o programa setorial de Relações Exteriores e os informes de trabalho da Secretaria de Relações Exteriores. Segundo assinala a autora, esses documentos, que muito se assemelham em conteúdo, apontam duas funções básicas da política externa traçada para o período: promover o desenvolvimento interno e contribuir para a construção da ordem mundial.

Nesse sentido, como não é novidade no caso de Estados que possuem uma margem de poder relativamente baixa, a política externa foi assumida como uma ferramenta para alcançar objetivos preponderantemente internos. Buscou-se trabalhar no “aperfeiçoamento dos instrumentos da política externa para fortalecer sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento nacional”²⁷ (Plan Nacional de Desarrollo, 2007, p. 298, tradução nossa). Assim, a política externa mexicana atuaria com vistas a promover o desenvolvimento humano sustentável, no fito de melhorar a qualidade de vida da população mexicana.

²⁶ Tal afirmação se justifica, por exemplo, na mesma orientação de prioridade nas relações estabelecida por Fox. Sob o governo de Calderón, a América Latina, os Estados Unidos e o Canadá ocupavam a primeira posição, seguidas pela União Europeia, Ásia e América Central (CHABAT, 2014).

²⁷ Perfeccionamiento de los instrumentos de la política exterior para fortalecer su capacidad impulsora del desarrollo nacional (PND, 2007, p. 298).

Diante disso, analisa-se a política de Calderón no que se refere aos principais temas delineados pela gestão de Fox, ou seja, a política de Direitos Humanos e de defesa da democracia; o restabelecimento e fortalecimento das relações com a América Latina e uma aliança estratégica com a América Central – abrangendo a pretensão da diversificação das relações comerciais, incluindo a Europa –; a revisão das relações com a América do Norte, principalmente no que tange ao NAFTA; e, não menos relevante, uma maior participação nos organismos multilaterais. Assim como no governo de Fox, reiterava-se que a posição ocupada pelo Estado Mexicano no Sistema Internacional não correspondia à sua magnitude econômica e comercial, à riqueza dos seus recursos naturais e à posição geopolítica que ocupa (PND, 2007).

3.1 Direitos Humanos e Democracia

A política externa mexicana, sob a gestão de Calderón, apresentou linhas de continuidade no que tange à intenção de contribuir para a ampliação e vigência de valores e princípios democráticos, das liberdades fundamentais e dos Direitos Humanos. Como se aponta, a persistência na defesa do modelo democrático como ideal para a região da América Latina se apresentava como um sustento no que tange às próprias questões internas. Tratava-se de reforçar externamente a necessidade de respeito às democracias, inclusive no que se refere ao Estado mexicano, dado que a legitimidade democrática voltava a ser questionada desde as eleições (FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013).

Contudo, enquanto sob o governo de Fox a defesa desses princípios conduziu à deterioração das relações com diversos países latino-americanos e caribenhos, Calderón realizou alterações quanto à aplicação dos mesmos, evitando que essa postura implicasse em contingências regionais. Um exemplo da tentativa do então presidente de defender a democracia em compasso com o desempenho de um papel ativo nos assuntos regionais evidenciou-se quando do golpe de Estado em Honduras, em junho de 2009. Além de clamar que as partes estabelecessem o Estado de direito e os valores democráticos, permitindo o retorno do presidente Manuel Zelaya à Honduras, o governo mexicano apresentou-se disposto a colaborar na construção de vias de diálogo que permitissem restabelecer a democracia (VELASCO, 2013).

Nesse sentido,

O caso de Honduras expôs o aparente impasse entre a Doutrina Estrada e a Carta Democrática Interamericana, que prevê a suspensão do país no qual se interrompa a ordem constitucional democrática. De acordo com ambas, o governo mexicano retirou seu embaixador de Honduras, mas também se pronunciou explicitamente a favor da democracia e da restauração de Zelaya, não reconhecendo, por conseguinte, o governo de Micheletti, o que não está em conformidade com o que estabelece a Doutrina Estrada: não se pronunciar²⁸ (VELASCO, 2013, p. 473, tradução nossa).

Tal episódio revelou que o Estado mexicano ainda possuía capacidade de ser um interlocutor na América Latina, embora tal prerrogativa não fosse o suficiente para torná-lo novamente um líder diplomático na região (FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013). Ainda, cabe ressaltar que essa não foi a primeira vez que a política externa mexicana não se limitou ao cumprimento estrito da Doutrina Estrada. Como analisado, essa postura se repetiu em questões pontuais que envolvessem os Direitos Humanos já no governo de Fox, revelando traços de continuidade do governo de Calderón em relação ao primeiro governo *panista*.

3.2 América Latina e Europa

No plano discursivo, Calderón reafirmou a América Latina e o Caribe como áreas de prioridade na agenda externa, destacando a necessidade de fortalecer os espaços de interlocução com a região. À exemplo disso, as primeiras viagens realizadas pelo presidente, após a assunção à presidência, tiveram como destino países latino-americanos, especificamente Nicarágua e El Salvador. Como se aponta,

Ao haver realizado as primeiras viagens à Nicarágua e El Salvador, e não com destino aos sócios estratégicos como os Estados Unidos, Fox enviou um claro sinal de que o presidente mexicano falava sério sobre sua vocação latino-americana e que buscava uma aproximação com os países da região²⁹ (FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013, p. 494, tradução nossa).

²⁸ El caso hondureño expuso la aparente disyuntiva entre la Doctrina Estrada y la Carta Democrática Interamericana, que prevé la suspensión del país en el que se interrumpa el orden constitucional democrático. Congruente con ambas, el gobierno mexicano retiró a su embajador en Honduras, pero también se pronunció explícitamente a favor de la democracia y la restauración de Zelaya, desconociendo así al gobierno de Micheletti, lo cual no se apegaba a lo que establece la Doctrina Estrada: no pronunciarse (VELASCO, 2013, p. 473).

²⁹ El haber hecho los primeros viajes a Nicaragua y El Salvador, y no a socios estratégicos como Estados Unidos, mandó la señal de que el presidente mexicano hablaba en serio sobre su vocación latinoamericanista y que buscaría un acercamiento con los países de la región (FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013, p. 494).

Diante disso, o México buscou recuperar na América Latina a posição de ator indispensável nos processos de concertação regional, atuando como agente mediador no estabelecimento do equilíbrio entre os Estados latino-americanos. Tal pretensão se confirmou e deu passos de consolidação em março de 2008, quando o Estado mexicano assumiu a Secretaria Pró-Tempore do Grupo do Rio (2008-2010), um dos mecanismos mais importantes de diálogo regional (LEVY, 2009).

Ainda, em compasso com o legado da gestão de Fox, “o governo de Calderón optou por uma política externa de baixo perfil que buscou minimizar os conflitos com os países da América Latina”³⁰ (CHABAT, 2014, p. 31, tradução nossa), dada a deterioração das relações verificada nos anos anteriores. Contudo, como aponta Velasco (2013), a definição das pautas que permeariam essa agenda concretizou-se apenas no quinto ano de governo. Estabeleceu-se como objetivo:

- 1) a consolidação da democracia e a proteção dos direitos humanos; 2) a promoção da integração comercial da região e o desenvolvimento de infraestrutura; 3) a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável; e 4) o fomento à convergência do diálogo político construtivo com todos os países da região³¹ (VELASCO, 2013, p. 468, tradução nossa).

Nesse sentido, ênfase maior foi destinada à melhora das relações com a Venezuela e Cuba. Quanto à primeira, as relações foram normalizadas e em setembro de 2007 o embaixador venezuelano, que havia deixado o México em 2005, retornou ao país. No que se refere a Cuba, buscou-se aplicar uma política que, embora não apresentasse sinais de regressão quanto à defesa da democracia e dos Direitos Humanos, não incidisse de forma negativa sobre a relação bilateral (VELASCO, 2013). Dessa forma, a decisão do Conselho de Direitos Humanos da ONU de utilizar análises periódicas universais para a avaliação dos Estados, deixando de requisitar resoluções de condenação, foi relevante no processo de melhora das relações bilaterais. Desenvolveu-se, ainda, uma aproximação com a Colômbia, pautada no diálogo acerca das experiências colombianas no combate à insegurança.

³⁰ El gobierno de Calderón optó por una política exterior de bajo perfil que buscó minimizar los conflictos con los países de América Latina (CHABAT, 2014, p. 31).

³¹ 1) la consolidación de la democracia y la protección de los derechos humanos; 2) el impulso a la integración comercial de la región y el desarrollo de la infraestructura; 3) la promoción de un modelo de desarrollo sustentable; y 4) el fomento de la convergencia del diálogo político constructivo con todos los países de la región (VELASCO, 2013, p. 468).

Ademais, sob a gestão de Calderón houve a normalização das questões econômicas referentes à dívida do Estado cubano, pendentes desde a gestão de Fox. Em fevereiro de 2008, a partir do acordo firmado entre as autoridades de ambos os Estados, as relações econômicas e financeiras entre os Estados foram regularizadas³², inclusive com a concessão de novas linhas de crédito a Cuba (VELASCO, 2013). Outro ponto de concordância na agenda bilateral refere-se ao memorando firmado em outubro de 2008, no qual o governo mexicano recebeu o consentimento de Cuba na deportação de imigrantes indocumentados que dessem entrada ao Estado mexicano, seja por mar ou via terrestre.

Além disso, Calderón condenou o bloqueio econômico perpetrado pelos Estados Unidos contra Cuba. Em um claro sinal das boas relações, o então presidente declarou em visita à Cuba, em 11 de novembro de 2012, que as relações cubano-mexicanas se encontravam em uma etapa renovada, consequência da vontade dos governantes. Calderón ressaltou, ainda, que apesar dos diferentes pontos de vista acerca de diversos temas, as coincidências prevaleciam quanto às questões fundamentais, propósitos e objetivos comuns a ambos os Estados, acarretando justamente na intensificação das relações bilaterais (CALDERÓN, 2012).

No que tange à América Central, em 2007 Calderón relançou o Plan Puebla Panamá (PPP)³³, renomeado como Proyecto Mesoamérica, incluindo a Colômbia. Por meio dessa iniciativa buscou-se concretizar a integração centro americana, dado que o PPP não havia alcançado êxito em seus objetivos (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013). Em se tratando dos aspectos econômicos, o Estado mexicano firmou diversos acordos de livre comércio com países latino-americanos. Dentre eles, cabe destacar o concretizado com a América Central, Colômbia e Peru, em 2011.

Cabe destacar, ainda, a Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada em fevereiro de 2010 em Cancún, considerada a iniciativa regional mais

³² A dívida cubana com o Estado mexicano tem suas origens na década de 1990. Em 2002 foram suspensos os pagamentos ao Banco de Comércio Exterior do México (Bancomext). O acordo de reestruturação da dívida, somada em 400 milhões de dólares, foi resultado do empenho de Calderón em buscar uma alternativa que fosse satisfatória para ambos os Estados (EL UNIVERSAL, 2008).

³³ O Plan Puebla Panamá consistiu em um projeto de desenvolvimento sustentável e integral empreendido por Vicente Fox e dirigido para alguns estados do sul e sudeste do México e aos países da América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá). Tratava de relançar a cooperação entre o México e a América Central, incluindo um esquema de abertura comercial, gestão de recursos para obras de infraestrutura de interesse comum e fortalecendo os mecanismos de concertação política.

importante do governo de Calderón (VELASCO, 2013). Reunindo a todos os chefes de Estado e de governo da região, a cúpula propôs a criação da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). A partir da união dos Estados da região em uma agenda própria, objetivou-se o fortalecimento da presença da América Latina e do Caribe no cenário internacional. Nessa ocasião e em consonância com a postura sustentada pelo Estado mexicano, reforçou-se a necessidade de adoção da cláusula democrática no âmbito da CELAC.

Quanto à Europa, o PND destacou a União Europeia como um sócio estratégico nas relações políticas, comerciais e de cooperação, uma vez que bloco era entendido como um “ator relevante na construção de consensos e convergências em foros multilaterais”³⁴ (PND, 2007, p. 296, tradução nossa). Além disso, se reconheceu que o Acordo de Associação Econômica, Concertação Política e Cooperação, firmado em 1997, não foi aproveitado em sua totalidade. Dessa forma, firmou-se em 2008 a Associação Estratégica entre o México e a União Europeia, no intuito de fortalecer o diálogo político, as relações comerciais e os investimentos entre ambas as partes (LEVY, 2009).

Dessa forma, a Europa foi entendida como uma opção para diversificação do comércio e como fonte de investimentos. Diante disso, o contato estabelecido com a região se pautou, em grande medida, pelos aspectos econômicos. Diversos acordos foram firmados como resultado das visitas do presidente mexicano (FLORES, 2010). Contudo, apesar da proposta de diversificação das exportações, com base na análise dos dados apresentados pela Secretaria de Economia pode-se afirmar que esse objetivo não foi alcançado.

Enquanto em 2006 as exportações para a América do Norte alcançavam 86,81%, a América Latina 4,40% e a União Europeia 4,41% do total, em 2012 a América do Norte representava 80,58%, a América Latina 6,95% e a União Europeia 5,94% do total. Dessa forma, apesar da reiterada proposta de diversificação, efetivamente os resultados foram escassos, prevalecendo a enorme dependência frente aos Estados Unidos. Quanto às importações, em 2006 57,77% provinham da América do Norte, 5,41% da América Latina e 11,35% da União Europeia. Contudo, ao longo do governo de Calderón registrou-se uma queda das importações

³⁴ Actor relevante en la construcción de consensos y convergencias en foros multilaterales (PND, 2007, p. 296).

de maneira geral. Em 2012 à América do Norte correspondia 52,59%, à América Latina 3,66% e à União Europeia 11,04 % do total das importações.

3.3 Estados Unidos

Em seu texto, o PND reconheceu a América do Norte como a região do mundo com maior impacto sobre o futuro e bem-estar do Estado mexicano, seja no âmbito econômico, comercial, político ou humano. Contudo, Calderón destacou que, apesar de os Estados Unidos serem o sócio mais importante, seu governo não conduziria a relação com o vizinho ao Norte sob o eixo de maior ênfase. Especificamente, o então presidente rejeitava a influência do vizinho em matéria de formulação da política externa mexicana. Nesse sentido, a reconsideração da tradicional prioridade destinada às relações com os Estados Unidos baseou-se, possivelmente, na baixa popularidade de Bush³⁵, além da proximidade do fim de seu governo (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013).

Dessa forma, Calderón não realizou nenhuma visita oficial aos Estados Unidos no primeiro ano do governo, o que, por tradição, era tomado como prioridade sob outros governos. Como apontado por Flores e Domínguez (2013), com base nas críticas empreendidas por Calderón ao vizinho ao Norte como resposta às diversas políticas implementadas e que afetavam de forma negativa o Estado mexicano, pode-se afirmar que o então presidente mexicano tinha preferências por uma maior aproximação com a América Latina em detrimento dos Estados Unidos.

De qualquer forma, outro ponto apreciado pelo PND se referia ao êxito do NAFTA na promoção e diversificação da pauta exportadora, embora reconhecesse a necessidade de criação de mecanismos de resolução de controvérsias nesse âmbito. Nesse sentido, as dinâmicas de interação institucional deviam adequar-se aos novos tempos, com uma concertação além do âmbito econômico. Diante disso, uma das pautas traçadas para delinear a política externa mexicana se referia ao respeito e proteção dos direitos das comunidades mexicanas imigrantes, principalmente em território estadunidense. Dessa forma, “Calderón manteve um discurso crítico sobre a política migratória dos Estados Unidos a cada vez que se violava os Direitos

³⁵ Aponta-se que Bush encerrou seu governo com uma baixa popularidade devido ao fracasso na guerra contra o Iraque, à resposta em apoio dada aos que sofreram perdas com o furacão Katrina, em 2005, etc.

Humanos dos mexicanos ou quando se aprovava leis restritivas à migração”³⁶ (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013, p. 504, tradução nossa).

Contudo, em uma clara diferenciação em relação às linhas seguidas pela gestão de Fox e ao próprio discurso de campanha, no qual se comprometeu com o tema da migração, desde a sua visita aos Estados Unidos em novembro de 2006, Calderón buscou retirar a pauta da migração como eixo condutor da relação bilateral (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013). Nesse sentido, a Secretária de Relações Exteriores, Patricia Espinosa, afirmava que o tema migratório sempre teria importância na agenda bilateral, contudo, a partir de então, a ênfase seria destinada a outros temas como os investimentos e o turismo, ou seja, uma agenda mais ampla (EL UNIVERSAL, 2006).

Diante disso, o tema que predominou na agenda bilateral do México e Estados Unidos foi a questão da segurança. Evidentemente, “o tema migratório passou a ser secundário com a ascensão de Felipe Calderón. Os temas comerciais e financeiros eram muito importantes, mas não foram prioridade no começo de seu governo”³⁷ (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013, p. 498, tradução nossa).

Tal prerrogativa também se justificava desde uma perspectiva interna. De fato, esse período singularizou-se pelo aumento da violência e do poder do crime organizado no Estado mexicano. Esse cenário conduziu à solicitação mexicana de colaboração dos Estados Unidos no combate às organizações criminosas. Tal proposta se concretizaria na Iniciativa Mérida, formalizada em março de 2007. Consistindo na concessão estadunidense para o Estado mexicano de auxílio em equipamentos e no treinamento, equivalente a US\$ 1,5 bilhão, no período de 2008, 2009 e 2010, a Iniciativa Mérida baseou-se em três pontos:

- 1) que cada país atuaria dentro do seu próprio território; 2) [n]a cooperação bilateral; e 3) [n]a transferência de equipes e tecnologia estadunidense ao México para o treinamento dos mexicanos. O orçamento se dividia em três grandes categorias: 1) combate ao narcotráfico, ao terrorismo e a segurança

³⁶ Calderón mantuvo un discurso crítico a la política migratoria de Estados Unidos cada vez que se violaban los derechos de los mexicanos o cuando se aprobaban leyes restrictivas a la migración (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013, p. 504).

³⁷ El tema migratorio pasó a un segundo término con la llegada de Felipe Calderón. Los temas comerciales y financieros eran muy importantes, pero no fueron la máxima prioridad al principio de su gobierno (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013, p. 498).

fronteiriça; 2) segurança pública e aplicação da lei; 3) construção institucional e Estado de direito³⁸ (VELASCO, 2013, p. 463, tradução nossa).

A iniciativa foi apresentada pelo governo de Calderón como uma cooperação bilateral estratégica na luta contra o crime organizado. Contudo, o estudo realizado por Velasco (2013) aponta a opinião de diversos autores quanto ao tema, dentre as quais destaca-se o entendimento de que o caráter da abordagem permaneceu no esquema tradicional de assistência, em um corte vertical, opondo-se à tipificação de colaboração mútua em um contexto bilateral³⁹. De qualquer forma, prevalece o consenso de que pela primeira vez os Estados Unidos reconheciam a sua responsabilidade em relação ao tema. Em suma, embora a questão de segurança não tenha sido abordada de forma primordial nos delineamentos de política externa, especificamente no PND, esse foi o tema de maior relevância na agenda externa bilateral (VELASCO, 2013).

Cabe destacar, ainda, que, com a ascensão à presidência de Barack Obama, em 20 de janeiro de 2009, verificou-se um aprofundamento das relações bilaterais com base nas pautas de segurança, especificamente, na luta contra o narcotráfico (FLORES; DOMÍNGUEZ; 2013). Contudo, a agenda bilateral também se caracterizou por desentendimentos pontuais. Exemplo dessas situações se originaram com as revelações do *Wikileaks*⁴⁰ em 2011, que conduziram ao pedido por parte de Calderón de retirada do embaixador dos Estados Unidos do território mexicano, bem como o ataque sofrido por diplomatas estadunidenses pela polícia federal mexicana, em agosto de 2012 (CHABAT, 2014). Em relação ao tema da migração, especificamente, a tensão se apresentou de forma explícita na visita de Calderón a Washington, em maio de 2010, por meio reclamo do presidente mexicano no Congresso dos Estados Unidos quanto à não aprovação de um acordo migratório.

³⁸ 1) que cada país actuaría en su propio territorio; 2) la cooperación bilateral; y 3) la transferencia de equipo y tecnología estadounidense a México y el entrenamiento de personal mexicano. El presupuesto se dividía en tres grandes rubros: 1) combate al narcotráfico, el terrorismo y la seguridad fronteriza; 2) seguridad pública y aplicación de la ley; 3) construcción institucional y Estado de derecho (VELASCO, 2013, p. 463).

³⁹ Isso se verifica no fato de que os Estados Unidos possuem o direito de qualificar e certificar o México em questões relativas aos Direitos Humanos, mas o mesmo não ocorre no sentido oposto (VELASCO, 2013).

⁴⁰ Os documentos revelados correspondiam aos informes enviados pelo embaixador dos Estados Unidos no México, Carlos Pascual, a Washington. Neles, Pascual realizou duras críticas ao governo de Calderón e às instituições envolvidas na guerra ao narcotráfico, além do próprio exército. Os documentos também aludiam à percepção do embaixador de um Estado marcado pela corrupção.

3.4 Organismos multilaterais

A política externa de Calderón também se pautou na intenção de participar ativamente nas discussões e iniciativas em prol da paz, que em um escopo maior, induzia à questão da segurança internacional. Para isso, se assumiu como necessário o incremento da participação política em foros regionais (PND, 2007).

Dessa forma, o México presidiu o Conselho de Direitos Humanos nos anos de 2006 e 2007, além de participar como membro não permanente no Conselho de Segurança da ONU entre 2009 e 2010. No que se refere ao Conselho de Segurança, com 185 votos favoráveis de um total de 192, o apoio recebido pela comunidade internacional indicava que o desprestígio diplomático do México dos anos anteriores definitivamente estava superado (FLORES; DOMÍNGUEZ, 2013). Ademais, esse êxito representou uma continuidade da política implementada por Fox, e, mais uma vez, traduzia-se na percepção desses organismos como uma importante forma de participar na construção de uma nova ordem internacional, além de um meio de se alcançar a posição no Sistema Internacional que se pretendia ocupar. Nesse sentido, ademais dos temas clássicos que correspondem ao escopo do Conselho⁴¹, sob a gestão de Calderón, o México contribuiu especificamente para:

[...] a transparência do Conselho ao tornar público diversas consultas e ao convidar membros de outros órgãos, organismos regionais e a sociedade civil aos debates. Em suas duas presidências, o México convocou cinco debates públicos sobre o fortalecimento da mediação, participação de crianças em conflitos armados, a situação no Haiti e o fortalecimento do Estado de direito⁴² (VELASCO, 2013, p. 475, tradução nossa).

Cabe ressaltar que esse período também evidenciou uma postura incisiva quanto à negativa no envio de tropas mexicanas a operações de paz (OMP) da ONU (VELASCO, 2013; CHABAT, 2014). Outros espaços importantes de

⁴¹ Velasco (2013) aponta que o Estado mexicano atuou no Conselho de Segurança no sentido de promover o conceito multidimensional de segurança, impulsionar a segurança humana, defender o respeito aos Direitos Humanos e ao Direito Humanitário Internacional, ao desarme e à solução pacífica de controvérsias. Além desses temas, deu-se ênfase sobre a necessidade da atenção internacional a respeito de temas como a delinquência organizada transnacional e o tráfico de armas.

⁴² [...] la transparencia del Consejo al hacer público un buen número de consultas y al invitar a miembros de otros órganos, organismos regionales y la sociedad civil a los debates. En sus dos presidencias, México convocó a cinco debates públicos sobre el fortalecimiento de la mediación, participación de niños en conflictos armados, situación de Haití y fortalecimiento del Estado de derecho (VELASCO, 2013, p. 475).

ação do Estado mexicano corresponderam ao Grupo do Rio, no qual ocupou a Secretaria Pró-Tempore do entre 2008 e 2010; ao G-20, presidindo os trabalhos e sediando a reunião em 2012. Além disso, o México foi sede da 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 16) e da 6ª Sessão da Conferência das Partes (CMP 6), em qualidade de Reunião das Partes, do Protocolo de Quioto, realizadas em Cancún, no final de 2010. Destaca-se, ainda, a Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe⁴³, celebrada em Riviera Maya, em fevereiro de 2010. Outras medidas correspondem a adesão à Aliança do Pacífico, em 2012, com vistas a contrabalançar o peso do Mercosul e o ingresso ao Acordo Transpacífico (TPP), em 2012.

5 Considerações finais

A partir da análise apresentada, corrobora-se o entendimento de que a alternância representada pela chegada do PAN à presidência do México implicou em importantes mudanças em relação à agenda externa. Em comparação ao governo de Fox, embora os primeiros anos do governo de Calderón tenham sido marcados por certos fatores limitantes em relação ao escopo de ação, como resultado da crise econômica mundial, deflagrada em 2008, ou de fatores de ordem interna, como o aumento da violência que demandou maior atenção por parte do governo recém-eleito; a partir dos elementos explorados verificam-se traços tanto de continuidade como de alterações referentes à gestão de Fox.

Em se tratando dos aspectos que revelam continuidade, Calderón prosseguiu com a política de defesa dos Direitos Humanos e da democracia, embora claramente de forma mais pragmática, além de seguir no ímpeto de desenvolver um papel mais ativo nos foros multilaterais. A primazia por acordos de livre comércio e a busca pela diversificação também fazem parte dessa linha de continuidade, apesar de os resultados demonstrarem semelhança em relação àqueles apresentados sob o governo de Fox. Contudo, mudanças significativas se revelam quanto à preferência pela aproximação e recomposição das relações com a região da América Latina, países tradicionalmente próximos ao Estado mexicano, em detrimento do

⁴³ Foi nessa cúpula que se instrumentou a criação da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

alinhamento aos Estados Unidos apresentado pelo governo de Fox. Além disso, a relação estabelecida com a potência se mostrou mais exigente no marco da política de combate às drogas, buscando um respaldo estadunidense no combate. Cabe destacar, ainda, que o recorrente tema da migração se tornou demanda de segunda ordem em nível de prioridade.

Os 12 anos de governos panistas empreenderam mudanças importantes diante de um processo de alternância que supunha e sustentava a expectativa de alterações significativas. Contudo, pautas que envolviam a redução da vulnerabilidade do Estado mexicano frente aos Estados Unidos ou mesmo exigiam uma maior complacência do vizinho não alcançaram êxito, à exemplo da questão migratória e da dependência econômica. Por outro lado, seria demasiado ingênuo acreditar que a simples alternância pudesse responder efetivamente a essas demandas, principalmente após os atentados de 11 de setembro, e em matéria econômica, visto que a dependência econômica é estrutural. Em suma, entendemos a política externa desenvolvida por Calderón em uma linha de continuidade daquela política delineada por Fox, embora muito mais pragmática e em um claro sinal de revisão dos excessos cometidos pelo primeiro governo panista.

About the Pan Governments in Mexico After the Alternation: the Foreign Policies of Vicente Fox (2000-2006) and Felipe Calderón (2006-2012)

ABSTRACT: Since its formation, in the nineteenth century, the United States of Mexico's external agenda has been based on doctrines which, in short, defend the absolute respect for sovereignty. Regarding the conduct of the Mexican state and its foreign policy since the 1930s, there was a dominance of the Institutional Revolutionary Party (PRI). When Vicente Fox Quesada in 2000 and Felipe Calderon in 2006, both from the National Action Party (PAN), reached the presidency, it consolidated the process of switching and reshaping of the foreign policy, looking for a position that could provide a greater emphasis on the international stage. The present article aims to analyze Fox and Calderon's foreign policy in aspects such as the objectives regarding human rights; the intensification of relations with Latin America and Europe; the approximation to the United States and more active participation in multilateral forums. This article intends to briefly to understand the dynamics followed by Fox management - amid a context of expected changes back 70 of the PRI government - and to that undertaken by Calderón as a second PAN government. It is concerned to fundamentally understand if the Calderon government represented a continuation of the foreign policy that was outlined by Fox.

KEYWORDS: Mexico. Vicente Fox. Foreign Policy. September 11th Attacks.

Referências

BERNAL-MEZA, Raúl. México: treinta años de política exterior. *Carta Internacional*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 32-51, março 2007. Disponível em: <citrus.uspnet.usp.br/nupri/arquivo.php?id=12>. Acesso em: 28 agosto 2016.

BERNARDI, Bruno. Boti. A Política Externa Mexicana de Direitos Humanos durante o Governo Fox (2000-2006): As estratégias de Lock-in e Sinalização. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 367-402, jul/dez 2010. Acesso em: 28 agosto 2016.

CALDERÓN, Felipe (2012, 11 de abril). "El presidente Calderón a su llegada a la Habana, Cuba, en el marco de su visita oficial". Disponível em: <<http://calderon.presidencia.gob.mx/2012/04/el-presidente-calderon/>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

CHABAT, Jorge. La política exterior de México: De Calderón a Peña Nieto. In: BONILLA, Adrián; JARAMILLO, Grace (editores). *La CELAC en el escenario*

contemporáneo de América Latina y del Caribe. San José: FLACSO, 1 ed, p. 27-40, 2014. Acesso em: 28 agosto 2016.

CRUZ, Arturo Santa. La alternancia y la política exterior en México. *México y la Cuenca del Pacífico*. Guadalajara, v. 8, n. 26, p. 92-97, set-dez 2005. Disponível em: <<http://www.mexicoylacuencadelpacifico.cucsh.udg.mx/sites/default/files/La%20alternancia%20y%20la%20pol%C3%ADtica%20exterior%20en%20M%C3%A9xico.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

EL UNIVERSAL. “*Se hará política exterior de Estado*”: Patricia Espinosa, 29 nov 2006. Nación. Disponível em: <<http://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/145990.html>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

_____. *Reestructuran México y Cuba deuda por 400 mdd*, 18 fev 2008. Cartera. Disponível em: <<http://archivo.eluniversal.com.mx/notas/483063.html>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

FLORES, Maria de Loudez Ramírez; PÉREZ, Andrés Ruis. La política exterior en México: breve evaluación de los últimos 3 años. *Fundación Rafael Preciado Hernández*, Cidade do México, n. 186, p. 96-106, 2010. Disponível em: <http://www.fundacionpreciado.org.mx/biencomun/bc186/Lourdes_Andres.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2016.

FLORES, Rafael Velázquez. Balance General de la Política Exterior de México, 2000-2006. *Foro Internacional*. Distrito Federal de México, v. XLVIII, n. 1-2, p. 81-122, jan-jun de 2008. Disponível em: <http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/Y64F13F6F4SI5HBSQQ5EP9V79J1VEB.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2016.

_____, Rafael Velázquez. El proyecto de política exterior de Felipe Calderón: ¿golpe de timón? *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*. Distrito Federal de México, n. 108, p. 121-155, set-dez 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/21569>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

FLORES, Rafael Velázquez; DOMÍNGUEZ, Roberto. *Balance de la política exterior de México en el sexenio de Felipe Calderón bajo los tres niveles de análisis: límites y alcances*. Foro Internacional. Distrito Federal de México, v. LIII, n. 3-4, p. 483-516, jul-dez 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59931907002>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

FOX, Vicente. *Líneas generales del PND*, 2001. Disponível em: <<http://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/55157.html>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

LEVY, Carlos. Crisis y retos de la política exterior: 2006-2012. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Estado do México, v. 51, n. 205, p. 119-141, jan-abril de 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42112421007>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

MANAUT, Raúl Benítez. México-Estados Unidos: paradigmas de una inevitable y conflictiva relación. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 206, p. 140-155, nov-dez. 2006. ISSN 0251-3552. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3400_1.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2016.

MUÑOZ, Alejandro Anaya. La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox. *Sexenio en perspectiva*, Cidade do México, p. 31-36, 2006. Disponível em: <<http://www.uia.mx/web/html/actividades/sexenio/LaPoliticaExterior.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

MUÑOZ, Bibiana Gómez. La política exterior del gobierno de Vicente Fox hacia América Latina. *El Cotidiano*, Azcapotzalco, v. 19, n. 120, p. 37-44, jul-ago. 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32512005>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

Plan Oficial de Desarrollo (PND) 2001-2006. P. 1-110, 2001. Disponível em: <<http://www.sagarpa.gob.mx/ganaderia/Publicaciones/Lists/Otros/Attachments/4/PND0106.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

Plan Nacional de Desarrollo (PND) 2007-2012. P. 1-323, 2007. Disponível em: <http://pnd.calderon.presidencia.gob.mx/pdf/PND_2007-2012.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2016.

QUESADA, Vicente Fox. Alternância e política exterior no México: uma mensagem do Presidente. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Distrito Federal, v. 45, n. 2, p. 224-228, julho-dezembro 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35845210>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

SANDOVAL, Érika Ruiz. La política exterior de México durante el sexenio de Vicente Fox: mucho discurso y pocas nueces. *Foro Internacional*, Toluca de Lerdo, v. XLVII, n. 1-2, p. 66-80, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59916819004>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA. *Importaciones totales de México*. Disponível em: <<http://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/81865/Anual-Importa.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

_____. *Exportaciones totales de México*. Disponível em: <<http://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/81866/Anual-Exporta.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2016.

SISTEMA DE INFORMACIÓN SOBRE COMERCIO EXTERIOR. *México-Unión Europea*. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/MEX_EU/MEX_EU_s.ASP>. Acesso em: 28 agosto 2016.

VELASCO, Ana Covarrubias. La política exterior de Calderón: objetivos y acciones. *Foro Internacional*. Distrito Federal – México, v. LIII, n.3-4, p. 455-482, jul-dez 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59931907001>>. Acesso em: 28 agosto 2016.